

O NÓ GÓRDIO DA POLÍTICA SALARIAL

*Dagoberto Lima Godoy**

Em toda essa discussão a respeito dos salários em nosso país, há duas questões principais: a) a baixíssima valorização do fator trabalho; e b) os meios adequados para corrigir essa distorção; e, em torno delas, haverá de ser estruturada uma verdadeira política salarial, que até hoje não temos.

A respeito da primeira, existe unanimidade. Não se conhece voz destoante, e todas, em uníssono, atestam — e condenam — uma situação verdadeiramente iníqua. Podem alguns argüir a insinceridade de determinados setores, com destaque para os empresários brasileiros: estes, ao mesmo tempo que reconhecem a iniquidade, estariam dela se beneficiando e, de fato, gostando disso. Examinemos a hipótese, à luz da lógica.

É sempre perigoso raciocinar com generalizações, quando se trata de setores heterogêneos, como acontece ser o empresariado brasileiro. Mas é possível compreender que, atuando a maioria deles na produção, em uma economia que se alimenta do mercado (sem ser ainda a ambicionada economia de mercado), salários de baixo poder aquisitivo representam para eles menor demanda, menos negócios, menores perspectivas de lucros e de crescimento.

Então, salários deprimidos são indesejáveis e prejudiciais para quem deseja um mercado aquecido e futuroso.

Restaria a cogitação de uma posição dúplice. O mesmo empresário que quer, em tese, salários melhores para os trabalhadores em geral manteria deprimida a remuneração de seus próprios empregados, para maximizar os seus lucros particulares. Ficando novamente com a maioria, dentro da generalização, a verdade é que os empresários modernos estão conscientizados de três fatores fortemente contrários ao achatamento salarial: a) a concorrência no mercado de trabalho (quem paga mais leva a melhor mão-de-obra); b) a importância decisiva do nível de satisfação do empregado para a produtividade (satisfação salarial faz diminuir a rotatividade e contribui para o aumento da produção); c) a ação dos sindicatos laborais (empresa com níveis salariais abaixo da média do mercado é cam-

* Presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEAG) e do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS).

po fértil para os ativistas e "chama agitação para dentro de casa"). Então, ainda que, por hipótese, vigente uma política geral de contenção salarial, umas poucas ações distoantes por parte de empresas progressistas são suficientes para desencadear uma onda que empurra os salários para cima, até o limite possível para a economia no dado momento. É o que se vê acontecer, com toda clareza, nas regiões mais industrializadas, como o ABC paulista ou, aqui no Estado, em Caxias do Sul, por exemplo.

Quem sobraria para apostar em salários baixos? Setores atrasados do empresariado, que vivem no passado e logo serão varridos do cenário pelo irrefreável progresso da economia e das idéias políticas; e parasitas do capital ou especuladores financeiros, que constituem um grupo minoritário e facilmente identificável, o qual só erroneamente se pode catalogar como empresários.

Outro setor constantemente acusado de incoerente é o governamental: enquanto, demagogicamente, unem suas vozes ao coro de protesto pela má remuneração dos trabalhadores, os governantes brasileiros — especialmente na esfera federal — continuariam implementando políticas de arrocho salarial.

Mas por que agiriam assim esses entes políticos, que vivem dos votos populares? Não seria mais condizente com a própria condição de demagogos, a eles atribuída por seus detratores, a opção por políticas de valorização dos salários, dos quais vive a maioria absoluta dos eleitores?

Muito bem. Se todos — ou a maioria absoluta — querem salários melhores, a questão seguinte é: como torná-los reais?

Na resposta, as opiniões dividem-se em duas grandes vertentes: a) os que acreditam nas leis como instrumento eficaz para se atingir o objetivo; e b) aqueles que somente crêem em salários melhores como decorrência do desenvolvimento de uma economia mais produtiva.

Entre as teses do primeiro grupo, pesa o argumento contundente da realidade mundial: se a lei é o caminho, e sendo a legislação algo disponível aos governos em geral, por que haveria ainda salários baixos em algum lugar ou país deste mundo? Ora, ao menos onde vigora o regime democrático, o que levaria um governo a renunciar ao caudal de votos e à popularidade decorrente de uma massa assalariada satisfeita?

Ademais, estão bem presentes em nossa mente os retumbantes fracassos das últimas tentativas de sustentar o poder aquisitivo dos salários via legislação, tanto na nossa própria experiência brasileira, quanto na vizinha República Argentina, para não citar a longa lista de frustrações semelhantes.

Por outro lado, em contraposição à outra corrente, é possível dizer-se que o já dificultoso caminho para o desenvolvimento poderá ser

até inviabilizado pela penúria em que vive a população assalariada, situação que impede a formação ou o fortalecimento de um mercado capaz de alavancar o processo, o que leva a questão para o dilema da "galinha e do ovo".

Ficamos então sem saída?

Pois talvez haja uma indicação a fazer, capaz de harmonizar as duas correntes.

Se é do "couro que saem as correias" — e por isso a determinação legal de garantir simplisticamente o poder aquisitivo dos salários se frustra —, o que tiver que ser dado em valorização ao fator trabalho terá que sair, obrigatoriamente, de algum dos outros fatores do mesmo universo econômico. Obviamente, não será do capital, do qual somos carentes e, por isso também, subdesenvolvidos. Nem dos dividendos, que remuneraram o capital produtivo e fertilizam nosso incipiente mercado de capitais; ou dos aluguéis, já excessivamente violentados pelas paternalistas leis do inquilinato.

Mas a valorização relativa poderá certamente vir dos juros (reais), sempre que as taxas ultrapassem os níveis razoáveis (lembra do conceito de usura?) e passarem a alimentar a ciranda financeira; e, adicionalmente, dos impostos, que atualmente drenam recursos do setor produtivo para serem consumidos na insaciável voragem de uma máquina estatal de elevada entropia, que pouco ou nada devolve à sociedade espoliada.

Aí está a fórmula: com custos financeiros mais baixos e uma carga tributária aliviada, as empresas ganhariam fôlego para desenvolver seus negócios, aumentar a produção e a circulação de bens e serviços, do que decorreriam os primeiros ganhos de produtividade e o aquecimento do mercado de trabalho. Os salários, então, se elevariam em seu real poder aquisitivo, frente a uma equivalente elevação de ofertas no mercado, processo que seria balizado pela determinação, esta sim legal, de progressivos níveis para o salário mínimo. Estaria assim rompido o círculo vicioso da improdutividade e da especulação financeira, abrindo caminho para o esforço de desenvolvimento que tanto almejamos.

O nó górdio, como se vê, está na administração do setor público, onde se somem os tributos arrecadados e cuja dívida interna alimenta a ciranda financeira e sustenta os juros em patamares elevados (principalmente, por ação reflexa, nos financiamentos ao setor privado e ao consumidor).

Já que estamos vivendo um clima mágico nesta eleição presidencial, por que não esperar que o Presidente eleito traga com ele a espada de Alexandre?